



Declaração da CEM / PPRI sobre as delações do Rebeldia/PSTU e seus ataques à ocupação do bloco K e à assembleia geral estudantil

A assembleia geral dos estudantes do dia 26/10, realizada em frente ao bloco K, decidiu por grande maioria apoiar a ocupação feita por estudantes horas antes. Isso significa que tanto os que votaram a favor, como aqueles contrários que ficaram em minoria, deveriam se subordinar à decisão coletiva e se disporem a acompanhar, ajudar e organizar medidas e ações que levassem à sua efetivação prática e garantissem essa decisão democrática. A subordinação da minoria à maioria é o princípio que materializa a democracia direta (operária), e obriga a todos os participantes da assembleia e ao movimento estudantil como um todo, a cumprir suas deliberações práticas coletivas.

O Rebeldia (PSTU) decidiu desconhecer abertamente a decisão prática coletiva da assembleia, ao decidir como corrente não apoiar, e também fazer uma denúncia pública da ocupação, apontando correntes, portanto, seus militantes, como supostamente os responsáveis pela ocupação do bloco K. A delação ajuda à repressão policial e à perseguição da Reitoria contra os que ocupam o bloco K, e também contra um setor da vanguarda, que tem lutado contra as traições das correntes dirigentes do DCE, dos CAs e do CAELL. Qualquer que seja a diferença política, metodológica ou tática, NUNCA SE DEVE DELATAR e ENTREGAR correntes e militantes à repressão da burguesia e seus inimigos de classe!

Ora, não há nada que permita ao Rebeldia afirmar que as correntes denunciadas tenham organizado uma ocupação. Denunciou um estudante na assembleia presente na ocupação de ser parte de uma organização, apesar dele negá-lo aos gritos, apenas para descharacterizar a medida da ação direta, e pressionar a assembleia para que votasse pelo seu desmantelamento. Todo estudante tem o direito de escolher se deve ou não se manifestar enquanto corrente ou organização política, para preservar sua segurança e a de seus companheiros. Ao insistir repetidamente e aos gritos que o estudante pertencia a uma organização política, Mandi realizou uma delação. A Rebeldia primeiro difama, depois delata, para se justificar por não respeitar as decisões da assembleia que votou contra suas posições. Atitude típica de burocratas, educados em manejar e manipular os fóruns deliberativos para impor suas posições autoritariamente.

Parte da direção do DCE se negou a realizar a assembleia no local escolhido pelas bases mobilizadas, porque sabia que iria perder sua proposta de fim da greve, como já tinha perdido na última assembleia, numa proporção de 2/3 para 1/3. Diante da decisão dos estudantes de realizá-la, com ou sem a direção do DCE, a UJC (PCB) decidiu acatar a exigência dos estudantes, e uma parcela dos militantes de Correnteza, a contragosto, decidiu participar. Mandi, que na assembleia reconhecia sua importância e, ao participar, reconheceu sua legitimidade, dá a entender em seu vídeo de

delação publicado no Instagram que a assembleia não era legítima, apenas porque o DCE não dirigiu sozinho seus trabalhos. Mais uma mentira, uma vez que parte da direção do DCE participou da assembleia e conformou a mesa. O Rebeldia (PSTU) fez isto para justificar sua delação. Mas a delação vai além da condenação da ocupação, ela recai sobre todos os estudantes de base que decidiram soberanamente acerca da assembleia e de seus trabalhos. O Rebeldia (PSTU) acusa as centenas de estudantes que exerceram a democracia e soberania estudantil de antidemocráticos. Note-se que a mesma Mandi que reclama da falta de democracia operária usou o microfone da assembleia por cerca de uma hora, um terço de sua duração.

Veja-se ainda que, para fazer sua delação criminosa, apoia-se nas defesas de algumas correntes na assembleia favoráveis a apoiar a ocupação. De fato, o PPRI defendeu que, realizada a ocupação, e em face das ameaças repressivas, era um dever de todos estudantes e grevistas defenderem os que ocuparam e os estudantes que se somassem à ocupação do bloco K, contra a repressão do estado burguês e da reitoria. O Rebeldia (PSTU) rejeitou esse princípio e, como bons oportunistas e covardes, se abstiveram de votar contra na assembleia. Mas, a delação de Mandi feita de forma pública demonstra que até nisso mentiram para a assembleia.

Os dois maiores crimes que um militante ou partido podem cometer no movimento são o roubo e a delação. Estão acima do pelegismo, porque destroem fisicamente as organizações das massas, expondo-as à repressão, e quebram as relações de confiança e unidade necessárias para as lutas. A delação pública é um salto de qualidade na conduta pelega de Mandi e da Rebeldia, quando aceitaram na negociação com a reitoria que se processassem os estudantes que derrubaram as grades da Prainha ou a promessa de processos nas unidades contra estudantes que tivessem exercido “dano ao patrimônio público”.

Essa pecha o Rebeldia e a burocrata Mandi irão carregar para sempre. Nenhum militante revolucionário comprometido com a luta estudantil deve voltar a confiar em quem entrega um militante ou uma corrente para a repressão, somente porque não concorda com seus métodos. E menos aceita a delação quando se a faz em nome de encerrar a greve e obrigar os estudantes a aceitarem que continuarão sem professores, sem funcionários, sem bolsas necessárias e, agora, ameaçados permanentemente de retaliação, jubilamento e repressão, se decidirem fazer greve de novo. Mandi considera que não existe mais a ameaça de reprovação e jubilamento, simplesmente porque a discussão dessas questões se dará nas unidades. Ora, mas justamente por conta dessa divisão do movimento é que, nas unidades com menor força organizativa, os diretores vão impor a repressão sobre os estudantes. Caracterizar a divisão da Circular da reitoria nas unidades e institutos como vitória é colaborar ativamente para que a repressão seja imposta aos estudantes.

Abaixo a delação individual e coletiva feitas por Mandi e Rebeldia!

Abaixo a traição às decisões práticas da assembleia!

Fora as direções traidoras das organizações estudantis!